guezes que não a tinham completamente bannido, foi João Franco. João Franco foi o ultimo politico da monarchia e o seu governo o ultimo governo. Depois d'elle — era coisa assente — nada mais! E que poderia ser mais, se nada mais havia! Em rigor, o Portugal monarchico da dictadura estava condemnado a João Franco, *per omnia secula seculorum*. Elle mesmo, na sua embriaguez, fallava em governar vinte annos —vinte annos de dictadura! Não tinha senso-commum. João Franco frustrou-se, como tudo quanto é insensato, e a monarchia acabou.

O que é isso que ahi está hoje? O que são essas ficções que já não illudem ninguem e que a todos repugna? O que são esses governos constituidos de homens já julgados e já condemnados? O que são esses politicos que fizeram o seu tempo, que foram arrumados na historia, uns, amaldiçoados pela opinião, outros?

O que quer dizer outra vez—*rotativos*?

O quer dizer outra vez—*regeneradores*, *progressistas*?

Retrocedemos?

Voltamos para traz?

Mergulhamos outra vez n'um passado, d'onde já tinhamos sahido?

Não pode ser!

Quando estes absurdos se dão elles encontram em si mesmos a sua condemnação, e é o que está succedendo.

A monarchia de D. Manuel é um absurdo social e é um absurdo politico. A sociedade e a politica portuguezas não a comportam já. Não têm logar para ella. A velha monarchia foi nociva. Esta atravanca o corpo social. Não tem o direito de fazer coisa alguma, nem

mesmo o mal que a outra fez. A obra da monarchia liberal está consummada. Não póde haver ruina maior, miseria maior, anarchia maior. A monarchia de D. Manuel não tem funcção.

E' um equivoco, e os equivocos desfazem-se.

E' o que está succedendo. Os politicos sem destino estão eliminando esta monarchia sem funcção.

Tem um anno para a apagar da historia. Esse anno hade ser bem aproveitado. Um anno é pouco tempo para governar, mas é bastante para morrer.

Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104—1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde

se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.

103

CARTAS POLITICAS

POR

JOÃO CHAGAS

N.º 13

CARTA

EM

RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA,

POR

UM ANTIGO CANDIDATO

A

DEPUTADO

Lisboa, 1 de Março de 1909.

A historia tem syncopes, e nós estamos n'um d'esses estados syncopaes. Perdemos os sentidos depois da tragedia do Terreiro do Paço, porque nós, apezar de todo o mal que digam da nossa indole, não podemos ver matar uma mosca, quanto mais um rei. Ainda estamos sob a influencia da commoção que este facto nos causou, e só assim se explica a continuidade de uma monarchia que a sua propria obra devia ter bannido, bem como a con-

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX.

tinuidade de governos e homens de governo, que não deveriam estar no poder, como estão ainda, mas nos bancos dos reus dos tribunaes nacionaes, ou nos caminhos do exilio.

Quando se considera a obra d'esta monarchia e a d'estes homens pasma-se, como o historiador pasmará no futuro, de que tanto ellas como elles exercessem ainda o poder no anno de 1909, abrissem o parlamento, lessem discursos cheios de promessas mais falsas do que os brinquedos das creanças nas arvores do Natal e se preparassem tranquillamente para continuar a governar.

Governar!

Sabeis simplesmente a quanto monta a somma das extravagancias da administração liberal, nos ultimos cincoenta annos, de 1852 a 1900?

A 200 mil contos de réis!

E' absurdo? — E' absurdo, mas é absolutamente exacto.

Na minha *Carta* undecima, um erro da revisão fez-me dizer, reportando-me ás verificações de Anselmo d'Andrade, no seu «Portugal economico», — obra que me vae servir de subsidio para uma boa parte das conclusões d'esta *Carta* — que não se sabia do destino de 40 por cento dos emprestimos contrahidos desde então pelos governos portuguezes. A percentagem do dinheiro extraviado não é de 40, mas de 60 por cento.

Em 1852, os serviços da divida publica custavam 2.570 contos. Em 1902 custavam 20.710 contos. De 1852 a 1902, é o periodo de paz. Acabaram as guerras civis. A administração publica entra na normalidade. O que se gastou extraordinariamente, gastou-se em fomento: caminhos de ferro, estradas. Quanto se gastou

n'estas despezas? 91.863 contos, diz Anselmo d'Andrade na sua obra citada. Digamos—100 mil contos. A 8 por cento (taxa adoptada pelo referido economista), representam esses 100 mil contos, o juro annual de 8 mil. Pois bem! Pagamos 18 mil, isto é, mais do dobro. Para onde foram esses 50, esses 60 por cento dos emprestimos contrahidos? Sumiram-se. «*D'este modo* — conclue Anselmo d'Andrade — *os erros da administração publica teriam custado ao paiz, nos ultimos cincoenta annos, 130 a 140 mil contos*».

Mas a somma é maior.

Como o Estado devia em 1902 ao Banco de Portugal, 55 mil contos, o auctor do «Portugal Economico» eleva a *180* ou *190 mil contos de réis*, o que elle chama «*a somma dos desperdicios*».

180, 190, 200 mil contos de desperdicios!

Chama-se a isto governar?

Factos d'esta natureza não dão direito ao governo, mas ao banco dos réus. Um regimen politico, que pode ser accusado de desviar dos cofres publicos 200 mil contos de réis, fortuna consideravel, fortuna immensa, roubada á riqueza e á prosperidade social, é uma calamidade publica, é uma affronta á moral publica e só póde subsistir n'uma sociedade que, pela sua ignorancia, pela sua inconsciencia, pela sua miseria e pela sua corrupção, perdeu o direito de ser livre.

*

Governar!

A administração liberal portugueza é a administração dissipadora por excellencia. Na Suissa, na Hollanda, na Belgica, na Dinamarca, que são os paizes mais comparaveis ao nosso em área e população, o orçamento da despeza não chega a representar 10 por cento da riqueza publica. Em Portugal representa 70 %. «*Nem mesmo fóra da Europa se encontra esta proporção*», escreve Anselmo d'Andrade, e accrescenta: «*No Egypto é de 46 %*».

Antes da crise de 1891, a despeza oscillava entre 50 e 54 mil contos. Sobrevem a crise. Os juros da divida são reduzidos. Era logico que a despeza diminuisse e diminuiu, assim:

1892-93 . . .	48.013	contos
1893-94 . . .	46.462	»
1894-95 . . .	48.602	»

«*Eram as apparencias de uma vida nova, que pouco durou*», escreve Anselmo d'Andrade. A partir de 1895, a despeza publica sobe n'esta proporção:

1895-96 . . .	54.591	contos
1896-97 . . .	57.516	»
1897-98 . . .	55.034	»
1898-99 . . .	52.665	»
1899-900 . . .	54.418	»
1900-901 . . .	54.849	»

Antes da crise, os encargos proprios dos ministerios eram de 20 mil contos. Em 1900 estão em 23 mil contos. Os encargos geraes raro attingiam 4.000 contos. Em 1900 estão em cerca de 10 mil contos. Cresceu esta verba, em 10 annos, na proporção de 150 por cento. Anselmo d'Andrade escreve: «*Dentro d'estes capitulos orçamentaes estão muitas coisas que se não veem*».

Portugal, é, entre os Estados da Europa, aquelle onde as despezas publicas mais crescem. «*A todos leva a palma*», escreve Anselmo d'Andrade, como leva a palma a todos, em todos os males. Assim, elle é o paiz mais endividado do velho mundo, o que faz dizer áquelle economista que o encargo da divida publica em Portugal é «*absolutamente maior do que o de muitas nações da Europa e relativamente mais pezado do que em todas ellas, exceptuada apenas a França, onde a indemnisação de guerra explica e documenta a grandeza da sua divida.*»

A enormidade da divida, sem cessar augmenta e augmentam os seus encargos. Em 1900 a divida fluctuante estava em 51.537 contos; em 1906, em 75.432 contos; em 1907, em 76.831 contos. O anno passado era de 80.052 contos! Se não estourarmos antes será, dentro em pouco e n'esta progressão, de — 100 mil contos. Já para isso se trabalha. O ministerio acaba de fazer um novo emprestimo — outro emprestimo! São mais 5 mil contos de capital. São mais 300 contos de juro. E' um Pactolo rolando oiro e sangue.

*

Entretanto, que abandonado, que desgraçado, que aviltado paiz!

Portugal está a monte. 44 por cento da sua superficie são incultos.—«*triste e singular notoriedade na carta geographica das terras incultas da Europa*». escreve Anselmo d'Andrade, e accrescenta: «*Pode-se dizer que fóra da peninsula scandinava e das enormes vastidões moscovitas, em paiz nenhum ha tão grandes disponibilidades de terras.*» E' o paiz da Europa que produz menos trigo. Comtudo, esclarece Anselmo d'Andrade, «*uma parte da nossa superficie inculta, accaso menos de um decimo da sua actual extensão, bastaria a produzir as substancias alimenticias que todos os annos nos custam alguns milhares de contos em ouro*». E' o unico paiz agricola da Europa que não produz a beterraba. Importamos 2 mil contos de assucar e pagamos 3 mil de direitos de entrada. E' o paiz que importa mais carne (23 % do consumo) e é o que menos carne consome.—50 grammas escassas por dia, «*menos do que a ração dos presos na França e na Allemanha*», esclarece Anselmo d'Andrade. Come-se pouca carne—signal de miseria, e cada vez se come menos. Em Lisboa, cidade de luxo, consumiram-se em 1890—9 milhões de kilos. Em 1900, o consumo desceu a menos de 8 milhões.

O systhema tributario é um systhema de extorsões.

A velha expressão *sugar o contribuinte* applica-se aqui litteralmente. O pensamento de todos os governos é arrancar-lhe a maior somma do dinheiro. Assim se tem feito successivamente.

Nos ultimos 30 annos, os impostos duplicaram. Em 1877-78, a nação pagava de impostos directos 6.150 contos. Hoje paga 13.389 contos. Os impostos indirectos eram então de 13.916 contos. São hoje de 26.920 contos. O imposto do sello, que era de 2.173 contos, passou a ser de 6.735 contos. O primeiro imposto addicional, de 80 contos, subiu em 26 annos, a 1.000 contos.

A propriedade rustica rende 20.700 contos. Paga 4.150 contos de imposto e 5.750 contos, contando com os encargos das hypothecas. Mais de uma quarta parte do rendimento liquido da agricultura portugueza consomme-se em impostos e juros a credores.

Portugal é o povo da Europa mais esmagado pelo peso dos tributos. «*O peso dos impostos por cada habitante*—escreve Anselmo d'Andrade—*excede em Portugal 8 a 100 por cento o dos outros povos da Europa*».

A vida é carissima. «*Se a vida está cara* — escreve Bazilio Telles «Carestia da vida nos campos» — *é porque existe uma minoria que bebe o suor alheio.*» Phisiologicamente, a população está em crise e vae-se depauperando, como se tem reconhecido nas inspecções militares. No congresso da tuberculose de Vianna do Castello, verificou-se que uma das causas do flagello publico d'essa enfermidade é — a insufficiencia da alimentação. A media annual da emigração é de 28 mil individuos — um exodo!

*

Este povo expoliado, reduzido á mizeria e lançado ao abandono, jaz na abjecta ignorancia que se sabe.

No ponto de vista da instrucção apenas dois paizes estão abaixo de Portugal: a Romania e a Servia.

Pelo censo de 1878, a população era de 4:455.699 individuos. 3:151.774 não sabiam ler, nem escrever. A percentagem dos analphabetos era de 82 %. No censo de 1890, a população subiu para 5:049.720 habitantes e eram ainda analphabetos — 4:000.927 individuos, isto é, 79,2 %. A população augmenta sempre. Estamos em 1900. N'este anno é de 5:423.132 habitantes e o numero dos analphabetos é ainda de 4:261.336 individuos, isto é, 78,5 %. Assim vê-se («Boletim da Associação das Escolas Moveis») que, de 1890 a 1900, em 10 annos, a percentagem dos analphabetos baixou 7 decimos por cento. «*Estamos hoje mais atrazados em instrucção* — escreve Casimiro Freire («Instrucção do Povo») — *do que os indigenas (cafres e outras raças) do Cabo da Boa Esperança, ha trinta e dois annos.*» E accrescenta: «*As proprias cidades de Lisboa e Porto contam maior numero de analphabetos do que a raça negra dos Estados Unidos, que, em 1890, contava 56 %.*»

Instruir uma mulher é abrir uma escola, dizia Julio Simon. A par do homem ignorante, a mulher portugueza é mais ignorante ainda. Segundo o *censo* de 1900, ha em Portugal 2.831.132 mulheres. D'estas

apenas 425.287 sabem ler. Percentagem de analphabetas: 85 %.

No districto de Bragança, ha 12 freguezias, em cada uma das quaes *só uma mulher* sabe ler, e em sete freguezias nenhuma o sabe. No de Castello Branco, ha 4 freguezias, onde *só uma mulher* sabe ler. Em 3 freguezias *nenhuma* sabe ler. No de Coimbra, ha 3 freguezias onde *nenhuma* mulher sabe ler; n'outras só uma, ou duas. No de Evora ha 6 freguezias onde *nenhuma* mulher sabe ler. No da Guarda, ha 13 freguezias, em cada uma das quaes *só uma mulher* sabe ler. «*Percorrem-se 22 povoações da Beira Baixa, n'um só districto*,—diz o «Boletim da Associação das Escolas Moveis» (janeiro a maio de 1907), d'onde recolho estas informações—*para só encontrar 13 mulheres sabendo ler!*»

No Funchal, a percentagem dos analphabetos vae de 86 a 99 %.

Em Lisboa a percentagem dos analphabetos, homens, é de 43 %, 45 % e a das mulheres — 54 %, 55 %. Quasi metade da população masculina da capital do paiz não sabe ler; mais de metade da sua população feminina é completamente ignorante. No Porto, a percentagem é approximadamente a mesma para os homens, e maior para as mulheres — 66 %.

Não temos uma escola para 1.000 habitantes (Relatorio da *Liga de Instrucção*). No districto de Braga, por exemplo, ha 282 freguezias sem escolas. No de Barcellos, que conta 94 freguezias, ha 69 que não tem escola. «*Percorramos o paiz do Algarve ao Minho*, escreve o professor Filippe de Mattos «O passado; o presente e o futuro da escola primaria portugueza». *A' excepção de algumas cidades e povoações, que*

encontramos nós que mereça o nome de escola? Nada. Absolutamente nada!»

A tarefa de instruir, que em todas as sociedades modernas constitue o cuidado especial dos governos, foi absolutamente abandonada pelos nossos. Aqui não se tratou nunca de instruir o povo, mas ao contrario — os factos o provam — de o manter systhematicamente na ignorancia.

Com effeito, (e para não me referir senão aos paizes que tem relação com Portugal pela extensão do seu territorio e pelo numero dos seus habitantes) a Belgica, que tem 6.693.584 habitantes, gasta por anno, com a instrucção primaria, 7.628 contos; a Suissa, que tem 3.315.443 habitantes, gasta 9.311 contos; a Hollanda, que tem 5.104.137 habitantes, gasta 7.761 contos. Portugal, com os seus 5.016.267 habitantes, gasta apenas — 1600 contos.

Mas gasta os?

Na realidade, não os gasta.

Quando dizemos que Portugal gasta com a instrucção primaria 1.600 contos por anno, parecemos dar a entender que essa verba, embora insignificante, é dispendida pelo Estado, mas não é assim. Para essa verba de 1.600 contos, o Estado concorre com pouco mais de trezentos contos. O resto é pago quasi exclusivamente pelo cofre dos municipios do paiz («O passado, o presente e o futuro da escola primaria portugueza»).

Mas d'esse mesmo subsidio se apropria o Estado. Assim, n'um dos ultimos congressos de instrucção, o professor Borges Grainha verificava que a camara municipal do Porto, tendo contribuido para a instrucção primaria com 114 contos, apenas recebia 48 contos.

Quer dizer, os governos liberaes não tem descurado a obra da instrucção. Descurar não é contrariar e, esses governos tem voluntariamente contrariado a obra da instrucção. Voluntariamente tem promovido a cegueira collectiva, afim de se garantirem uma impunidade que só n'um paiz de cegos lhes pode ser assegurada.

O seu pensamento, na realidade, tem sido o de defender-se do paiz, embrutecendo-o e policiando-o. Assim se comprehende que o Estado gaste com a instrucção publica, primaria, secundaria e superior menos do que gasta com a Guarda Municipal e a policia («Manual Politico do Cidadão Portuguez» — Trindade Coelho). No exercicio de 1904-05, por exemplo, o Estado gastou com a instrucção toda 988 contos, e com a Municipal e a policia — 1003 contos.

*

Governar!

Chama-se a isto governar?

Só a immensa ignorancia publica explica a existencia e sobrevivencia de semilhantes governos, — unicos na historia da administração publica de todos os povos. Se simplesmente metade dos portuguezes soubessem ler e escrever, já o regimen monarchico não existiria ha muito tempo em Portugal. Não seria preciso para isso, que se formasse uma nova corrente doutrinal de idéas: não seria precisa a democracia;

não seriam precisos os republicanos. Bastaria para o eliminar do seio dos portuguezes — o sentimento da salvação publica.

O paiz foi de cegos e onde os governos não poderam espalhar a cegueira, semeiaram a corrupção. A sua obra chama-se aviltamento: aviltamento intellectual, aviltamento moral.

Foi preciso manter, durante cincoenta annos, ficções mortas. Como se mantiveram? Assim: cegando o maior numero e corrompendo o resto.

Servem-se principios gratuitamente. Mentiras ninguem as serve de graça, e que maior mentira do que a dos partidos que tem governado este paiz? «*Os partidos em Portugal* — lê-se a pag. 338, tomo XII, da «Histoire générale du IV siècle à nos jours», dos professores Lavisse e Rambaud, citada por Trindade Coelho no seu «Manual politico do cidadão portuguez» —*não passam de clientellas, cujos chefes luctam uns contra os outros com uma completa ausencia de escrupulos e um perfeito desdem pelos interesses publicos.*»

Essas clientellas intitulam-se partidos, mas o que é que os distingue? Partido quer dizer — opinião, programma. Aqui não ha distincções. Que principios separam *progressistas* de *regeneradores*? Ao contrario, estão tão poucos divididos pelos principios, que a cada passo se confundem e fazem obra commum. As divisões justificam-se meramente pela influencia dos chefes. Ha um partido progressista, porque ha um velho politico que se chama José Luciano de Castro. Houve um partido regenerador, porque houve um outro politico que se chamou Hintze Ribeiro. Servir um ou outro partido não quer dizer servir taes, ou taes princi-

pios, mas um ou outro individuo, e se os homens servem principios de graça, não servem a outros homens senão a troco de alguma coisa. Assim os partidos desaggregam-se quando os chefes desapparecem. Havia um partido regenerador. Ha dois. Porquê? Porque ha dois chefes. Não são já dois partidos: são duas *kabylas* — a *kabyla* Vilhena e a *kabyla* Campos Henriques, procurando cada uma fazer a sua clientella.

A obra de *fazer clientella* effectuou-se e continua effectuando-se á custa da nação. E' preciso obter adeptos, amigos, compadres, cumplices.

Como se procede?

Fazendo, ou melhorando a sua fortuna.

Assim, para organisar a clientella é preciso, antes de mais nada, obter o poder, pois só o poder permitte fazer favores.

O resultado d'esta situação expressa-se pelas verbas do orçamento, relativas aos serviços publicos.

Cada partido colloca na administração tantos individuos quantos são os que lh'o sollicitam a troco da sua solidariedade, e colloca-os tanto mais depressa quanto, se o não fizessem, perderiam immediatamente o direito ao seu appoio. Colloca-os nos logares que vagam, cria logares para os collocar, colloca-os em logares que não existem. Dá um logar aos que valem menos,, tres ou quatro aos que valem mais. A todos empurra para dentro do orçamento, d'onde resulta que o orçamento está a abarrotar.

Portugal é, com effeito, o paiz do mundo onde os serviços publicos custam mais caros. Na Suissa, custam, por habitante, 6 francos; na Inglaterra, 10,5; na Hollanda, 11,5; na Austria, 14; na Allemanha e na Belgica, 15; na Italia, 19,5; na França, 24. O custo

dos serviços publicos em França é considerado exhorbitante. Pois bem: Portugal excede-o. A percentagem aqui é de perto de 30 %.

Portugal é o paiz do mundo que, relativamente, tem mais empregados publicos. Ha 10 annos tinha — 50.436 representando uma despeza annual de 12 a 13 mil contos. «*Temos, portanto*, — escreve Anselmo d'Andrade («Portugal Economico») — *um numero de empregados publicos relativamente maior do que na França, gastando-se com elles proporcionalmente o mesmo*». E accrescenta: «*As despezas com o pessoal representam 23 por cento dos valores administrados, e todos podem calcular o que se diria de qualquer pessoa, empreza, sociedade, ou companhia que consumimisse em despezas de pessoal 23 % dos seus rendimentos. Tinha-se de lhe accudir apressadamente com a tutella, para evitar uma fallencia certa*».

*

«Dignos pares do reino e senhores deputados da nação portugueza, conclue o discurso da corôa. — Espero que o auxilio da divina Providencia não faltará ao reino fidelissimo, e confiando no vosso patriotismo e zelo pela causa publica, estou seguro de que será proficuo o novo periodo parlamentar.

Não! Nem o auxilio da divina Providencia nos assiste, nem o patriotismo tem servido a causa publica. A Providencia, se por alguma parte anda, tem andado longe de nós. O ceu cobre-nos, mas não nos protege. Patria, essa é uma palavra! Temos sido tão pouco servidos por patriotas, que diriamos que a sua obra é a de aventureiros estrangeiros. Nunca se viu individuos da mesma familia fazerem-se tanto mal.

A obra dos governos portuguezes é a negação da patria. Patria quer dizer civilisação, engrandecimento, prosperidade, cultura, fortuna, dignidade, orgulho, e os portuguezes que nos tem governado tem feito o contrario de tudo isto.

Ahi estão. Eil-os reunidos. São os mesmos.

Que querem mais?

Enterrar-nos a todos na sepultura que já nos cavaram?

O discurso da corôa diz: — «Renasce a confiança.»

Em quê?

Em quem?

Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104 — 1.º, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia e onde

se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.

CARTAS POLITICAS

POR

JOÃO CHAGAS

N.º 14

CARTA

AOS

REPUBLICANOS SOBRE O NOVO

EMPRESTIMO

E

SOBRE OS PERIGOS DA SITUAÇÃO

Lisboa, 8 de Março de 1909.

Ah! este nosso paiz! E' preciso ser heroico para ser portuguez! O doutor Bernardino Machado recommenda-nos paciencia. E', pelo menos, isso o que o illustre pedagogo quer dizer quando recrimina, como hontem no Porto, os *impacientes*. Não é preciso: temol-a.

Agora, outro emprestimo — outro mais, depois de tantos!

Editor & Proprietario, João Chagas.—Composto e impresso na Officina Bayard, arco do Bandeira, 108. — MCMIX

E fez-se. E foi talvez subscripto, quem sabe?

Se este emprestimo é um velho expediente de governo, foi no entanto levado á pratica de um modo inteiramente novo.

Eu, pelo menos, não tenho idéa de ver fazer reclame a um emprestimo, como se fez a este. Tratava-se, em rigor, de um emprestimo? Quem lesse os jornaes da semana passada teria antes a impressão de que se tratava de um beneficio.

Logo na vespera appareceram nos jornaes, em communicados de origem official, os primeiros reclames annunciando as vantagens do emprestimo:

«E' um excellente emprego de capital, visto que as obrigações rendem 5,33 por cento, isto é um juro superior ao das inscripções pela actual cotação, alem das suas especiaes garantias e vantagens e do valioso premio de amortisação. N'estas condições prevê-se no nosso meio financeiro que a subscripção será muito concorrida, devendo os pedidos ultrapassar o limitado numero de obrigações, de forma a dar logar a rateio entre os subscriptores».

O estylo adoptado para reclamar o emprestimo é em tudo o mesmo que costuma empregar-se para fazer réclame a espectaculos, aos quaes se quer a todo o transe attrahir um publico rebelde. A esses espectaculos prevê-se sempre uma enchente, previnem-se os retardatarios de que se arriscam a ficar sem logares, se não se acautellarem, pois é muito limitado o numero de bilhetes disponiveis. Lá está em gyria de no-

ticiario theatral a inevitavel insinuação: «prevê-se no nosso meio financeiro que a subscripção será muito concorrida, *devendo os pedidos ultrapassar o limitado numero das obrigações.*»

E' o «previnam-se com tempo» da reclame a beneficios.

No dia em que é aberta a subscripção insiste-se n'esta nota:

«Tudo indica que será muito concorrida — diziam os communicados officiaes—a subscripção do emprestimo com a garantia do fundo especial dos Caminhos de Ferro do Estado, porque, embora só hoje abra a subscripção publica, já hontem, segundo as nossas informações, os pedidos particulares affluiram aos estabelecimentos bancarios que figuram nos annuncios».

Os annuncios foram profusamente espalhados, e que annuncios! O governo portuguez annunciou o emprestimo, com o espalhafato e a abundancia com que vemos annunciado o — *Odol.*

Quantas vantagens! E que tentação!

Juro — 5 %. Garantias; as mais solidas. Lá vinha a nota das receitas dos caminhos de ferro nos ultimos 5 annos, sufficientissimas para garantir. Alem d'isso, serviço especial a cargo da junta, «*á qual a administração dos caminhos de ferro entregará mensalmente o duodecimo correspondente ao encargo d'este emprestimo.*»

Facilidades de pagamento. Prestações. Quem,

mesmo o de mais modesta fortuna, não contribuiria?

Subscrever para o emprestimo é trocar dinheiro por dinheiro. Quereis pagar as vossas contribuições? Os coupons servem. São recebidos como dinheiro *«em todos os cofres publicos»*.

Optimo emprego de fortuna!

Excellente occasião de collocar *«capitaes de menores, interdictos, dotaes, etc., como se pratica com as inscripções de assentamento»*.

Ao emprestimo! Ao emprestimo!

Não é o Estado fallando: é um palhaço de feira fazendo o seu *boniment*, rufando temerosamente n'um bombo, esganiçando-se a gritar para o publico, que não se move: — Tomar os seus bilhetes! E' entrar! E' entrar!

Os bilhetes estão á venda um pouco por toda a parte. Aqui é um corretor que, ao lado do annuncio da valsa *O amor não morre*, convida *«os seus clientes a subscreverem para este emprestimo»*; ali é outro corretor que, em seguida a um annuncio do *Chá Chambard*, convida *«os seus ex.mos clientes a subscreverem para o emprestimo, que julgam convidativo.»*

*

Assim se fez o novo emprestimo.

Mas fez-se?

Não sei.

E' inconcebivel que ainda haja n'este paiz governos que ousem pronunciar a palavra *emprestimo*. Dir-se-hia que pronuncial-a só seria desencadeiar uma revolução. Dir-se-hia que o paiz deveria recebel-a a tiro.

No entanto, ahi estão mais emprestimos.

Para quê?

Para que hade ser! — Para augmentar a divida. Ella já é de 800 mil contos. E' pequena, e é preciso que se torne maior. E' preciso que se torne tão grande e tão pesada que, amarrada ao pescoço do paiz, o faça ir para o fundo, no dia em que tudo se afundar. A monarchia não quer morrer só: quer arrastar comsigo o paiz. Se o pensamento de novos emprestimos não é esse, não sei qual seja.

Para que se fez mais um emprestimo?

Um jornal, o *Seculo*, diz isto:

«*Na folha official vem publicado o decreto determinando que seja creado um emprestimo de 4:000 contos, não para construcção de novas linhas ferreas, como ainda tivemos a ingenuidade de acreditar, mas destinado, entre outras nebulosas in-*

venções do sr. Espregueira, ao encerramento das contas de abonos já feitos ao conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado. E' sempre o regimen dos «adiantamentos». Faz-se um emprestimo para pagar... as despezas que se fizeram... sem dinheiro. E tudo será absorvido n'esse «encerramento» de contas e em favores a caciques eleitoraes, visto que a dissolução das camaras já se annuncia e sem a corrupção não poderá o governo obter maioria parlamentar.»

Outro jornal, a *Lucta*, diz isto:

«As nossas informações dizem-nos que, do novo emprestimo de 4.000:000$000 contos effectivos, caucionados pelo que restava dos rendimentos dos caminhos de ferro do Estado, são 3.000:000$000 destinados ao pagamento de lettras do thesouro, que estão em poder da casa Henry Burnay & C.ª e outras!»

Assim, o novo emprestimo teria por objectivo, segundo um, comprar gente, subornar, corromper; segundo outro proporcionar á firma Henry Burnay e outras mais um bom negocio. Não se sabe sequer para que se fez o novo emprestimo. Sobre o destino d'estes 4 mil contos de réis paira a incerteza. E assim se fazem ainda emprestimos em Portugal!

Na camara pediram-se informações, requereu-se a

urgencia para se tratar o caso do emprestimo. A maioria, a postos, — *regeitou a urgencia.*

Não é urgente tratar do emprestimo. Não é urgente saber a que fim se destinam mais 4 mil contos!

E ainda o doutor Bernardino Machado falla na nossa impaciencia!

Impacientes nós, que assistimos de braços cruzados a tudo isto! Verdadeiramente é ennobrecer-nos com titulos que não merecemos!

*

O emprestimo é acompanhado pelas *propostas de fazenda.* Um emprestimo em Portugal nunca vem só. Todo o ministro que o faz justifica-se apresentando, acto continuo, as suas *propostas de fazenda.*

O nosso ministro da fazenda apresentou as suas, e aqui está o que diz a respeito d'essas propostas um jornal d'hoje, as *Novidades:*

«*Por essa proposta o sr. Espregueira pretende que o parlamento auctorise o governo a amortisar, ou consolidar a parte da divida fluctuante, tanto interna, como externa, que estiver em conta de bancos, sociedades financeiras e particulares, alie-*

nando para esse fim as acções e obrigações e os titulos da divida publica portugueza, que actualmente pertencem ao Estado, ou emittindo novos titulos de divida publica, cuja creação deseja egualmente auctorisada.»

Empenhar, alienar, vender, desbaratar, queimar! E o peior é que não ha maneira de evitar esta calamidade. Não serão as minhas palavras, nem as dos numerosos portuguezes que n'este paiz tão vãmente dão á lingua, que a evitarão, se o governo entender que ella deve consummar-se. Lá está a maioria, a maioria fiel, a maioria expressamente convidada a não faltar, para a sanccionar com o seu voto.

O jornal a que me refiro ennumera os valores que o governo pretende vender.

E' curiosa essa ennumeração. E' a ultima phase de um leilão, n'aquella hora em que, ao *correr do martello*, se vende tudo, por todo o preço.

Eis aqui, nas paginas doccumentaes d'estes folhetos, a lista d'esses valores, prestes a desapparecerem dos cofres publicos:

Um milhão de libras de titulos da divida externa;

100.000 contos nominaes de divida interna;

72.718 obrigações do 1.º grau da Companhia Real dos Caminhos de Ferro;

90.658 acções da Companhia de Moçambique;

115.000 acções da Companhia da Zambezia;

200.000 acções da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguella;

60.500 acções da Companhia de Mossamedes;

700 acções da Companhia Portugueza de Caminhos de Ferro Africanos;

20.931 obrigações da Companhia das docas e Caminhos de Ferro Peninsulares.

Fica alguma coisa por vender? Parece que não fica mais nada. Este é o ultimo lote.

*

Depois?

Depois — a Republica. E aqui está porque nos é preciso pacientar: porque os governos da monarchia ainda não fizeram todo o mal que poderiam fazer e a sua obra não é ainda completa.

O paiz está na expectativa.

De quê?

De que se perca tudo. Quando tudo estiver perdido, então faz a republica.

Entretanto, a expectativa é precisa. E', já o ouvi dizer — patriotica. E' patriotico esperar que a patria se subverta e d'ella não fique senão a mera indicação geographica. E' patriotico esperar que os estrangeiros, nossos credores, definitivamente persuadidos, como lhes affirmara João Franco, de que somos incapazes de nos governarmos, se apoderem da nossa administração, se installem na Junta do Credito Publico, venham cobrar por suas mãos as nossas receitas, invoquem finalmente o direito de tutella.

Quando os governos monarchicos nos tiverem conduzido até ahi, então sim, então faremos a republica.

Diriamos que a condição essencial para que a republica se faça, em Portugal, é que o paiz se perca, e que se nós mesmos republicanos, recommendamos uns aos outros uma politica de prudencia é porque elle ainda não se perdeu completamente.

Diriamos que a nossa missão social é aguardarmos o ultimo suspiro d'este agonisante que é Portugal, para o tomarmos então nos nossos braços — já morto.

A sobrevivencia de uma monarchia como a nossa não se explica mesmo de outro modo. Ella vive, porque nós lh'o consentimos, convidando-a não poucas vezes a viver, e que hade ella fazer vivendo, senão o que tem feito até aqui? Não é licito esperar que ella se retire voluntariamente da scena politica para dar logar á republica, mas esse me parece ás vezes o objectivo dos nossos idealistas republicanos.

Diriamos aguardar um estado social de saturação democratica, em que o proprio padre Mattos, enjoado da sua monarchia, se declare republicano. Diriamos esperar que o José Luciano, antes de morrer, faça a sua profissão de fé e nos legue o Oliveira Mattos. Diriamos esperar que emfim, emfim! O José d'Alpoim, definitivamente desinteressado do seu macarrão á italiana, corra a filiar-se no Centro do largo de S. Carlos.

Não!

Em Portugal não ha mais republicanos a fazer. Quem tinha de o ser já o foi e quem não o foi ainda, não o será mais, pelo menos emquanto a republica não vier. A verdade illuminou mesmo os mais escuros recessos da intelligencia publica. Os derradeiros portuguezes que n'este momento servem, ou defendem a

monarchia não são susceptiveis de conversão. Convertem-se almas puras. Não se converte o erro militante e não se converte a corrupção profissional. O erro é a associação dos interesses archeologicos, os reaccionarios hereditarios, os absolutistas, os theocratas, os fins de regimen, os inimigos de todo o progresso social, para quem a monarchia, mesmo calamitosa, é um dogma, e para quem a republica, mesmo reparadora, é uma heresia. A corrupção é a liga dos interesses parasitarios adherentes ao tronco da monarchia, dos politicos que a ella devem a sua influencia e a sua fortuna, nada tem a ganhar e tem tudo a perder com o advento de um regimen novo; dos Falstaffs do orçamento, engordados ao favor das instituições, com os seus largos rendimentos que só ellas garantem; dos burocratas ociosos que vivem dos vicios da administração; dos exploradores da fortuna publica que manejam em seu beneficio a baixeza dos caracteres; dos banqueiros que fazem emprestimos, dos agiotas que cobram juros, e em geral, de todos os tutellados do Estado-Providencia, do Estado-pae, do Estado-mãos rotas.

Para esta sociedade a unica verdade luminosa é e será a monarchia, emquanto ella existir, e todas as mais serão fórmas da insurreição.

*

Quem não faz parte d'esta sociedade faz parte da outra, da sociedade que se renova e se moralisa, tenha ou não sentado praça n'um partido. As naturezas combativas, guerreiras, militantes, ardentemente civicas veem ostensivamente para a lucta; as naturezas timidas e sedentarias esquivam-se a ella. No seu todo, porém, essa sociedade está esclarecida e quando não faz todos os esforços uteis, faz todos os votos do seu coração por uma transformação radical na politica e nos costumes.

A situação é, pois, esta: de um lado estão os velhos interesses da monarchia, inconvertiveis; do outro lado estão os interesses da nação, penetrados até ao intimo, do sentimento do perigo que os ameaça e invocando a republica, como a sua unica esperança de salvação.

Para quem appellamos ainda?

Para uns?

E' inutil. — Não accorrerão ao nosso appello.

Para outros?

E' inutil tambem, pois já nos escutaram.

Eu creio nas revoluções, disse Garrett (*discurso pronunciado na camara dos deputados, em 24 de abril de 1837*) e no direito que tem os povos, em

caso extremo, de recorrer a esse derradeiro meio extra-legal, quando todos os outros estão exgotados.

Os portuguezes exgotaram todos os meios legaes.

Agora mesmo o governo está occupado em cortar dos recenseamentos eleitoraes o maior numero de eleitores suspeitos de professarem ideias revolucionarias. E' um verdadeiro escandalo. Em certas freguezias de Lisboa tem sido abatidos dos cadernos eleitoraes centenas de eleitores. Nas freguezias ruraes, diz um jornal, o corte é enorme. O pensamento é claro: dissolver a camara, fazer uma outra em que o paiz não tenha representação legitima, desmoralisar pela derrota na urna as energias civicas fatigadas por tão improficuas luctas, proclamar depois da espantosa burla, que o paiz é monarchico e quer a monarchia.

Entretanto, o tenente Lopes, da Guarda Municipal, responsavel pelo morticinio de 5 de abril de 1908, é julgado em conselho de guerra e absolvido. Entretanto, o policia Albino Martins, condemnado ha pouco n'uma pena severa, por haver assassinado um guarda municipal e haver ferido um outro, *a quem tomou por dois populares*, é tirado da cadeia, julgado outra vez por um jury *ad hoc* e—absolvido. Mas não é absolvido só: regressa á corporação da policia, retoma o seu logar e é felicitado pelos seus superiores, «*chegando alguns* —informa o jornal *O Mundo*—a *achal-o gordo e de excellente parecer*».

Que significação tem estes factos?

Esta: a lei cahiu. Não ha mais lei. O que está em scena são vis paixões humanas pondo em risco os mais graves interesses sociaes—a collectividade, a familia, o individuo, o lar. O poder empurra o povo para

a revolução e espera-o com o massacre. Rouba-lhe o voto e rouba-lhe a vida. Não consente o cidadão e não consente sequer o homem. N'uma monarchia como esta não é licito ser, ao abrigo da lei, mesmo um transeunte. A rua está cheia de ciladas.

Aqui, a insurreição traduz-se por *legitima defeza* —defeza collectiva e defeza pessoal.

Contrariar este pensamento que deve ser o de nós todos, amortecer as suas energias, deter o seu impulso, é preparar a degradação civica do paiz e porventura o inutil sacrificio dos seus melhores filhos.

Amanhã é ainda cedo?

Amanhã será já tarde.

Os escriptorios das CARTAS POLITICAS mudaram para a rua do Arco do Bandeira, 104—1.º, para onde deve ser dirigida toda a conrrespondencia e onde

se recebem as assignaturas e se satisfazem as requisições de exemplares.

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.

CARTAS POLITICAS

POR

JOÃO CHAGAS

N.º 15

041

CARTA

A

D. MIGUEL DE BRAGANÇA

EM

SEGUIDA Á NOTICIA DA SUA RENUNCIA

E

DO SEU RECONHECIMENTO

DA

MONARCHIA LIBERAL

Lisboa, 15 de Março de 1909.

Acabo de ler n'um jornal da tarde a noticia sensacional de que V. A. renunciou officialmente, por si e pelos seus descendentes, aos direitos á corôa de Portugal reconhecendo a monarchia constitucional e as leis do reino e dispondo-se a voltar a esta terra que o bannira, e apresso-me a ir ao seu encontro á fronteira, afim de ser o pri-

---

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

meiro a saudal-o com este grito, feito de todo o sangue que me circula nas veias: Abaixo D. Miguel!

Desculpe V. A. E' que se V. A. renuncia a ser miguelista, eu não renuncio a ser liberal. V. A. renuncia á sua tradição. Eu não renuncio á minha. V. A. renuncia aos seus antepassados. Eu não renuncio aos meus. V. A. renuncia á forca. Eu não renuncio aos seus martyres.

Depois, desculpe-me tambem, meu principe, que lh'o diga, mas é preciso dizer-lh'o sem perda de tempo, em meu nome e em nome de muitos, — eu não acredito, nós não acreditamos na sinceridade da sua renuncia.

O rei da Illyria renunciava ao seu throno para comprar os favores de uma cortezã. Era uma razão.

Porque razão renuncia V. A. ao throno da legitimidade?

«*O sr. D. Miguel de Bragança*, — esclarece o periodico que torna publica a noticia da sua renuncia — *profundamente impressionado pela tragedia de 1 de fevereiro de 1908, que deu a morte a seus primos D. Carlos e D. Luiz Filippe, e pela situação em que se encontra o paiz, ante a qual, em seu esclarecido criterio, devem abater-se as reivindicações de caracter politico, como são as do principio tradicionalista que elle representa, convocou os seus amigos politicos mais graduados, para a conferencia recente de Bordeus, e ahi lhes fez saber o proposito em que estava de renunciar, publica e officialmente, ás suas pretenções á corôa de Portugal, por si e pelos seus descendentes.*»

Que significação clara, intelligente e intelligivel tem isto?

Nenhuma!

V. A. renunciou aos seus direitos ao throno porque o rei D. Carlos e seu filho foram mortos?

Ora adeus!

Que tem que ver com a causa da legitimidade a morte de dois principes liberaes? V. A. foi affectado pelo duplo homicidio d'esses principes do seu sangue? Então não deveria renunciar ao throno só: deveria renunciar ao proprio paiz. Pois quê! Os reis morrem aqui nas praças publicas e por esse motivo os principes exilados voltam?

V. A. renunciou aos seus direitos, porque entende que perante a situação em que se encontra o paiz, «devem abater-se as reivindicações de caracter politico».

Reivindicações de caracter politico! Quem é que em Portugal reivindicava o poder absoluto? Porventura estamos nós ainda scindidos em liberaes e miguelistas, em *malhados* e *chamorros!* Porventura a doutrina da monarchia absoluta ainda nos dividia?

Ora adeus!

A situação do paiz é má, é grave a crise da monarchia e quando V. A. sabe pelos seus amigos que ella está perdida é que a reconhece?

Ora adeus!

*

Não! A renuncia de V. A. occulta ainda o proposito de reinar.

E como não seria assim?

Com V. A.—diz a gazeta em questão—regressarão ao reino os duques do Cadaval e outros legitimistas actualmente no estrangeiro.

Não é já o partido de V. A. que volta. E' a sua côrte. Um pretendente não é chefe de partido dentro do seu paiz. Dentro do seu paiz, reina.

V. A. não quer reinar. Quer—diz o communicado da sua renuncia—viver como simples cidadão.

Assim—se tomassemos á lettra este programma—V. A. e os seus amigos renunciariam aos seus velhos, velhissimos principios e regressariam a Portugal, não para intervirem no movimento politico, mas simplesmente para se encorporarem no anonymato da população, terem casa em Belem, ou na Junqueira, passearem na Avenida, irem aos theatros, lerem pela manhã o *Seculo*, assistirem da galeria ás sessões da camara dos deputados, darem dois dedos de cavaco á porta da *Havaneza* ao sr. Taborda de Magalhães, n'uma palavra fazerem vida commum comnosco.

Não! Esse não pode ser nem o proposito de V. A. nem o dos seus amigos. Faço-lhes essa justiça e presto-lhes essa homenagem. Não! Não se renunciam a seculos de tradição, não se destroe n'um dia uma longa obra de intransigencia e de fidelidade como foi a dos legitimistas portuguezes, sob tão futil pretexto.

V. A. não volta para ser, como pretende, um simples cidadão. V. A. volta para conspirar. Nem aspira ás alegrias obscuras do cidadão, nem aspira aos seus gosos civicos. Não volta a Portugal para respirar as brisas da patria, nem para collaborar benignamente na obra do seu progresso, propondo modestamente o seu nome ao cargo de membro da junta de parochia da sua freguezia. Volta porque vislumbrou no throno em ruina um throno a reconstruir. Para que D. Miguel e os miguelistas voltassem a Portugal, com sacrificio do seu velho sonho absolutista, era preciso que a monarchia liberal estivesse como está, a desabar.

A declaração de renuncia de V. A. não tem o menor valor moral. O direito divino não renuncía. Chambord não renunciou. Faz questão de tudo, até de um trapo. Chambord fez questão de bandeira e, por isso, deixou de ser rei de França. V. A. renuncía. E' já um mau signal.

Quer a sua renuncia dizer que renuncía a ser rei? Amanhã poderá sophismal-a allegando que tão somente renunciou aos direitos da legitimidade. De resto, os seus amigos ahi vem com V. A., dispostos talvez, em ultimo caso, a reclamal-o como um rei necessario e a propôr ao paiz a sua candidatura.

No fundo — em resumo — a renuncia de V. A. e o seu regresso a Portugal é uma aventura.

Pessima aventura!

V. A. desconhece Portugal.

Aqui não ha já logar para uma monarchia, nem para esta, nem para outra. O throno que existe, cambaleante, ainda serve a D. Manuel. Depois d'elle é lenha para queimar.

No momento em que V. A. se dispõe a entrar em

Portugal, a monarchia dispõe-se a sahir, e este é o lado equivoco da sua aventura. V. A. reconhece a monarchia liberal, quando já ninguem a reconhece; traz-lhe a sua solidariedade — singular solidariedade! — quando todos lh'a retiram.

V. A. — repito — desconhece o paiz.

A monarchia tornou-se um systhema de governo impopular e perdeu toda a sympathia publica. Está reduzida ao minimum de solidariedades. Com o resto do paiz, a sua situação é de divorcio — insanavel. Offerece este espectaculo unico na Europa, de um systhema de governo — deshonrado. A monarchia absoluta, de que V. A. era ainda ha dias, o altivo representante, cahiu perante uma nova corrente de idéas. Foi odiada, mas não foi desprezada. A monarchia liberal é despresada. Não é um regimen politico: é um systhema de delapidação.

Ainda hoje, na camara, um deputado accusou o ministro da fazenda de ser reu do crime de burla, e o peior é que o é. O roubo campeia nos dominios da administração liberal, tão desaforadamente hoje, como ha setenta e cinco annos, quando os liberaes cahiram, como matilha de cães esfaimados, sobre a fortuna dos vencidos.

Setenta e cinco annos de depredação exgota o paiz mais rico e esse é o caso do nosso, mas exgota tambem as mais robustas instituições. Ao cabo de setenta e cinco annos ellas deixam de ter amigos e tem apenas socios. E' o que succede ás nossas.

A monarchia perdeu a solidariedade dos amigos que tinha, e só com a solidariedade dos socios que tem não vae longe. Está cercada da animadversão do paiz. Não governa já. Defende-se. V. A. deve ter ou-

vido em Brombach as detonações dos tiros da sua ultima defeza. Assim, eis aqui um regimen politico, cuja traducção litteral é esta: pilhagem, massacre.

Quando um systhema de governo aliena d'esta fórma a solidariedade social, perde-a para sempre. A monarchia liberal em Portugal não tem futuro e excuso dizer a V. A. que a monarchia absoluta muito menos a tem.

Por isso, o regresso de V. A. a este paiz não é de inquietar, o que não impede que elle seja um facto e grandemente significativo. E' preciso que esta nação pareça bem um cadaver, para que os herdeiros dos seus velhos reis absolutos se julguem no direito de a rehaver!

CARTA

AO

SR. JULIO DE VILHENA

SOBRE

O SEU DISCURSO

NA

LIGA MONARCHICA

Lisboa, 15 de Março de 1909.

Que o Faria Machado faça discursos na Liga Monarchica, vá! Mas v. ex.ª!

Li-o e não acreditei.

Já me pareceu inacreditavel que v. ex.ª fosse á Liga Monarchica, cooperando assim n'um acto de insensatez a que v. ex.ª, por muito monarchico que seja, não deveria pelo respeito que deve á sua razão, dar sequer a solidariedade da sua presença.

Pois v. ex.ª não viu, como toda a gente que tem o juizo no seu logar, que a Liga Monarchica é um disparate e que não ha razões para que a monarchia, forma de governo, poder constituido, faça ligas?

Pois v. ex.ª não viu que semilhante idéa não tem senso-commum e só pode inspirar-se no desvairamento de que estão possuidos os monarchicos que reputam a monarchia perdida?

V. ex.ª não devia dar a semilhante liga a solidariedade da sua presença e devia, se a sua mentalidade correspondesse ao juizo que outr'ora fizemos d'ella, combatel-a como coisa absurda, mais propria a mostrar a fraqueza do que a força das instituições.

Mas a nossa surpreza subiu de ponto ao ver que v. ex.ª não só comparecia nas reuniões da Liga Monarchica, como discursava n'ellas e de que modo!

Ah! ex.mo sr. Eu garanto a v. ex.ª que semilhante espectaculo não me rejubila! Ver cahir todos, sem excepção de nenhum, no mesmo nivel intellectual, ver descer a sociedade por igual, como eu estou vendo descer a sociedade a que v. ex.ª pertence, dá-me a idéa de uma tão extensa decadencia que pergunto a mim mesmo se ella não terá tambem attingido a sociedade que eu reivindico e se não é v. ex.ª apenas que se afunda com os seus, mas nós todos sem distincção que mergulhamos na ignominia do mesmo irreparavel cretinismo.

Leio o que v. ex.ª disse na ultima reunião da Liga Monarchica e não o creio. Pois quê! V. ex.ª disse aquillo que os jornaes lhe attribuem? V. ex.ª disse essas enormidades e essas banalidades? V. ex.ª disse que o principio da eleição não dá mais garantias do que o principio da hereditariedade? V. ex.ª disse que